

## **Estilhaços do espelho: crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia de 1970 ao século XXI**

Ana Paula Jardim Martins Afonso, UFSC<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo objetiva apresentar os pontos de encontro e distanciamentos entre a crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia emergentes nas décadas de 1970 e 1980 e seus desdobramentos na contemporaneidade. A proposta se concentrará na apresentação de um breve panorama das discussões teórico-metodológicas da história em 1970 e a emergência da História Cultural. Para elucidar melhor os pontos elencados, apresentaremos o campo da Micro História como promissor para o debate da História Cultural e a reorientação de perspectivas acerca de objetos e fontes para História e a emergência dos estudos em História Global.

**Palavras-chave: Micro História; Teoria da História; historiografia.**

### **Abstract**

The present article aims to present the points of encounter and distances between the crisis of paradigms in the theory of history and historiography emergent in the decades of 1970 and 1980 and its unfolding in contemporaneity. The proposal will focus on presenting a brief overview of the theoretical-methodological discussions of history in 1970 and the emergence of Cultural History. To better elucidate the points listed, we will present the field of Micro History as promising for the debate of Cultural History and the reorientation of perspectives about objects and sources for History and the emergence of studies in Global History.

**Keywords: Micro-History; Theory of the History; Historiography.**

### **Introdução**

A História, bem como inúmeras áreas dos saberes, é atravessada por acontecimentos que afetam diretamente as maneiras de estabelecer seu domínio. Ora, a incessante busca de teóricos/as para encontrar lentes apropriadas para ler a realidade nos mostra a fluidez e dinamismo desta área. Portanto, é crucial olhar para o passado de modo crítico e reflexivo, portanto, lúcido. É no que tange a essa lucidez que diz respeito o presente artigo. A chamada “crise de paradigmas” traz em seu bojo discursivo incertezas para história e historiografia. Nesse sentido, é fundamental dizer que os modelos explicativos da realidade no ocidente passaram por inúmeros processos de dissolução por não darem mais conta de explicar a realidade que se apresentava diante deles.

Como desdobramento de um processo que, destacamos aqui, culmina no fim da crença em verdades absolutas, neutralidade, objetividade e distanciamento do objeto, a prática e o

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e Mestre em História Social pela mesma instituição. Atualmente, Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ofício dos historiadores se veem contra a parede no que tange as novas demandas de pesquisa. Assim, o presente artigo objetiva apontar a relação entre a crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia emergentes nas décadas de 1970 e 1980 e seus desdobramentos no contemporâneo. Para tanto, a proposta se concentrará em apresentar breve panorama das discussões teórico-metodológicas da história em 1970 e a emergência da História Cultural. Para elucidar melhor os pontos elencados, apresentaremos o campo da Micro História como promissor para o debate da História Cultural e a reorientação de perspectivas acerca de objetos e fontes para História e a emergência dos estudos em História Global assim estabeleceremos os pontos de encontro e distanciamentos entre a crise dos paradigmas dos anos de 1970 e seus desdobramentos no contemporâneo.

### **A crise dos paradigmas e a emergência da História Cultural**

No percurso dos anos de 1960, 1970 e 1980 fez-se urgente repensar e reconstituir o modo como se produzia história. Os historiadores deste período passam a questionar e criticar profundamente a historiografia positivista anterior aos anos de 1920, além do paradigma das ciências sociais aplicado à historiografia, o marxismo e o estruturalismo. Conforme afirma Giovanni Levi (1992):

[sic] os anos 70 e 80 foram, em quase todo o mundo, anos de crise para a crença otimista prevalecente de que o mundo seria rápida e radicalmente transformado em linhas revolucionárias. Naquela época, muitas das esperanças e mitologias que antes haviam orientado uma parte importante do debate cultural, incluindo o domínio da historiografia, estavam se comprovando, não tanto inválidas, mas inadequadas diante das imprevisíveis consequências dos acontecimentos políticos e das realidades sociais. (LEVI, 1992, p. 134).

Instaura-se, portanto, o seguinte impasse: a historiografia tradicional (positivista) perdia expressividade e domínios, ao passo que assistíamos, simultaneamente a isso, o fervilhar dos movimentos sociais e políticos<sup>2</sup>. Neste contexto, novas questões entram em cena para compor o quadro de preocupações das ciências humanas. Por isso, é pujante colocar novas questões e abordagens, perspectivas e metodologias para pesquisa histórica. O desgaste do otimismo teórico-metodológico que é apresentado pela historiografia tradicional pressupôs

---

<sup>2</sup> Destacamos aqui, principalmente, os movimentos de descolonização afro-asiáticos, o movimento do Maio de 68, movimentos de contracultura europeus e não europeus movimentos pela liberação sexual e segunda onda dos movimentos feministas no ocidente. Para mais informações consultar “A era dos extremos” de Eric Hobsbawm, especificamente os capítulos que versam sobre “A revolução social” e a “Revolução cultural” in HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.

uma profunda e completa revisão do instrumental de pesquisa dos historiadores que se ligavam às correntes do positivismo e historicismo<sup>3</sup>.

A partir do rompimento, portanto, com antigos modelos de pesquisa que privilegiavam o documental e o factual, vimos ampliar-se o conceito de fonte e emergir novos objetos de estudo, assim como novos aparatos teórico-metodológicos. Toda a produção humana passava a ser considerada passível de estudo e a história abriu-se às ciências humanas e a outras áreas do conhecimento, concebendo, então, a interdisciplinaridade e o ecletismo teórico. Conforme aponta Roger Chartier, esse é um momento em que a história passa por uma crise de incertezas profunda e, portanto,

Seguir assim “à beira da falésia” também permite formular mais seguramente a constatação de crise ou, no mínimo, de incerteza frequentemente enunciada hoje em dia acerca da história. Aos elãs otimistas e conquistadores da “nova história” sucedeu, com efeito, um tempo de dúvidas e de interrogações. Para esse humor inquieto e, às vezes inquietante, várias razões: a perda da confiança nas certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos, primeiramente geográficos, dos objetos históricos, ou ainda, o questionamento das noções (“mentalidades, “cultura popular”, etc.), das categorias (classes sociais, classificações sócio-profissionais, etc.), dos modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico, etc) que eram os da historiografia triunfante. (CHARTIER, 2002, p. 8).

A história proposta pelas primeiras gerações dos *Annales* tornava urgente compreender o homem em um contexto mais abrangente, que perpassasse por outras instâncias além das concretas e racionais. Surgem, conforme Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 107), novos aliados a essa disciplina, a exemplo da Psicologia, Antropologia, Literatura e Sociologia; assim, Clío passa a trabalhar com múltiplas possibilidades, articulando a pluralidade de pontos de vista. A respeito disso, Fernand Braudel (2005) acrescenta que “[...] o plural triunfante do século XIX é um sinal de reflexões, de mentalidades, de tempos novos”. (BRAUDEL, 2005, p. 241). O autor ratifica a necessidade do historiador/a reconhecer no

---

<sup>3</sup> Criado por Augusto Comte em meados do século XIX esta posição teórica defendia a busca de um fator determinante para considerar a história enquanto uma narrativa a serviço da verdade absoluta e imutável. Portanto, o uso de fontes oficiais dos Estados Nacionais, crença na neutralidade e objetividade entre pesquisador e objeto de pesquisa transformam, para os positivistas, o conhecimento histórico em um campo do saber que busca comprovar, por meio dos documentos oficiais, fatos tal qual aconteceram, conferindo-lhes valor de verdade. O Historicismo, por sua vez, herdando alguns elementos do positivismo, institucionalizou o ofício do historiador e oficializou a História como disciplina. Seu precursor, Leopold Von Ranke, defendia o contato direto com o objeto de estudo para que a verdade deste fosse alcançada. Assim, compreendia a singularidade de cada período histórico e apenas a escrita era considerada como fonte. Contrário a Comte, Von Ranke admitia a diferença epistêmico-metodológica entre as ciências humanas, naturais e exatas. Para melhor compreensão, conferir: REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. [1ª ed. 2003].

cultural toda sua extensão, realizando uma “consulta” ao conjunto de ciências do homem, desde as tradicionais até as mais novas, “do filósofo ao demógrafo e ao estatístico”. (BRAUDEL, 2005, p. 273)

A conjuntura de inclusão de novas temáticas e abordagens e da busca por novas e diferentes formas discursivas é, então, chamado de História Cultural. A partir daí assistimos emergirem novos sujeitos históricos (como os homens e mulheres comuns, a loucura, as sensibilidades, os homossexuais) que agora são considerados como agentes/atores políticos do momento histórico que se seguia; por conseguinte, passíveis de análise, assim como diferentes recursos metodológicos são admitidos, não estando mais a história totalmente restrita à influência exercida pela razão. Peter Burke (2006, p. 259) evidencia, nesse sentido, a possibilidade de estudar a História Cultural como um processo de intercâmbio entre subculturas distintas, entre homens e mulheres, católicos e protestantes, urbanos e rurais, muçulmanos e hindus e assim por diante. André Burguière (1998) corrobora o argumento dizendo que:

Os comportamentos menos discutidos de uma sociedade – como os cuidados com o corpo, as maneiras de se vestir, a organização do trabalho e o calendário das atividades cotidianas – refletem um sistema de representação do mundo, que nos vincula em profundidade com as formulações intelectuais mais elaboradas. (BURGUIÈRE, 1998, p. 148).

Do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, portanto, a História Social avançava para os domínios do Cultural. A este respeito, Pesavento afirma que a proposta da História Cultural era “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo.” (PESAVENTO, 2003, p. 42). Ciro Flamarion Cardoso (2005, p. 258), por sua vez, ao tratar da questão social/cultural em seu livro *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios* destaca uma assertiva do historiador Roger Chartier: “Da história social da cultura a uma história cultural do social. [...] devemos encarar as representações coletivas como matrizes que dão forma às práticas com as quais o próprio mundo social é construído”<sup>4</sup>. Burke (2006), por seu turno, entende a História Cultural como uma “[...] tradução cultural da linguagem do passado para a do presente, dos conceitos da

---

<sup>4</sup> Trecho destacado no 12º capítulo do livro **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios, intitulado Sociedade e cultura: conceitos complementares ou rivais?** de Ciro Flamarion Cardoso. A citação de Roger Chartier foi extraída de: CHARTIER, Roger. Texts, symbols, and Frenchness. **Journal of Modern History**, 57, p. 682-695, 1985.

época estudada para os de historiadores e seus leitores” (BURKE, 2006, p. 245), e pontua que seu objetivo está em tornar a alteridade do passado visível e inteligível, simultaneamente.

A História Cultural, portanto, definiu-se entre as fronteiras do conhecimento, por se situar no limite entre verdade e ficção (PESAVENTO, 2003, p. 107), e foi fortemente marcada pelas contribuições da terceira geração da Escola dos *Annales*, que tinha como objetivo uma “Nova História”, baseada na incorporação de temas que se referiam ao imaginário popular e aos costumes de um povo, ponto em que Peter Burke concorda ao dizer que “[...] a história deveria se interessar tanto pela cultura como pela política, pelos ‘grandes gênios’ como pelas ‘grandes nações’, pelos homens de letras como pelos reis, pelos filósofos como pelos conquistadores.” (BURKE, 2006, p. 32).

Esta postura desconstruiu a dimensão universal da História, tornando-a mais flexível e abrangente, ao mesmo tempo em que permitiu o entendimento de que fontes ficcionais contêm plausibilidade histórica e que os acontecimentos históricos possuem, na sua dinâmica, a força do imaginário. Para Prost (2008), a História, distanciada do modelo das ciências positivas, passou a admitir o emprego da imaginação, operando sobre aquilo que Burke dizia não serem objetos reais, “[...] mas sobre as representações que temos dos objetos.” (BURKE, p. 170). A afirmativa de Prost (2008) confirma o exposto:

Atualmente, é impossível fazer história social sem levar em consideração o universo das práticas sociais concretas e o das representações, criações simbólicas, rituais, costumes e atitudes diante da vida e do mundo, em suma, o universo [...] das culturas e das práticas culturais. (PROST, 2008, p. 205).

A variedade da História Cultural, na concepção de Burke (2006, p. 263), presta importante depoimento sobre a fragmentação do atual mundo acadêmico, além de revelar uma nova visão acerca da Cultura, cujo processo de apropriação e assimilação de conceitos e significados deixa de ser secundário para assumir relevância primordial. Não há que se discordar que não existe anuência acerca do que se constitui a história cultural, menos ainda sobre que o que constitui o termo cultura. É imprescindível considerar que a história cultural não possui uma essência e que a dificuldade de definição está justamente aí, uma vez que, é um desafio escrever a história de algo que não tem uma identidade fixa. Desta forma, “[...] a estratégia da prática histórica implica um estatuto da história.” (DE CERTEAU, 2000, p. 90).

Aos historiadores que se aproximaram dessa “saída” teórico-metodológica para a crise paradigmática da história, observamos suas raízes mapeadas dentro do marxismo, orientação política de inclinação para esquerda, com poucas tendências metafísicas. A despeito disso, estas transformações foram úteis para solidificar o terreno da historiografia diante dessas

incertezas e estabelecer, segundo Levi (1992), “[...] a ideia de que a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética” (LEVI, 1992, p. 135). Conforme Levi,

[sic] a micro história em si nada mais é do que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e de uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes. Ao mesmo tempo, tem havido outras soluções propostas, absolutamente mais drásticas, que com frequência desviam para um relativismo desesperado, para o neo-idealismo ou mesmo para o retorno a uma filosofia repleta de irracionalidade. (LEVI, 1992, p. 135).

Por isso, o reduto da micro história dentro da corrente da Nova História não se valeu do argumento de apenas corrigir aspectos da historiografia tradicional, sobretudo na academia, que já não conseguiam interpretar a realidade de maneira coerente. A maior preocupação dessa perspectiva foi refutar o relativismo, irracionalismo e a redução do ofício do historiador a uma atividade puramente retórica, que se preocupava apenas com a interpretação dos textos e se esqueceu dos acontecimentos. Desse modo, tendo a Micro História como pressuposto central, percorreremos o caminho da análise interpretativa que se vale da fragmentação, a fim de perceber quais as contribuições dessas novas abordagens.

### **Micro História, redução de escala e olhares.**

A Micro História, perspectiva metodológica que emerge no contexto da historiografia italiana e, posteriormente, é difundida no ocidente, sobretudo na Europa, entendida conforme Levi (1992) como “[...] uma prática essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136), mudou os rumos da escrita da história e teve como precursores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Desta maneira, a micro história se constitui enquanto uma descrição densa da “realidade social”, com presença de mais detalhes e um aprofundamento incontestável no que concerne a análise do objeto de estudo. Assim, a redução da escala permite que as experiências do indivíduo, antes negligenciado pela historiografia tradicional, experiências concretas e regionais se tornem relevantes para a construção histórica, podendo ser aplicadas em qualquer lugar, não obstante as dimensões do objeto analisado. Para tanto, afirma então Ginzburg que,

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” \_

perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 11).

É fundamental aqui destacar que, conforme afirma Lima (2015, p. 582), é preciso tomar muito cuidado com leituras bastante superficiais acerca da ideia de “redução de escalas”. Para tanto, a micro história trouxe a tona para o debate a desconfiança em relação a modelos muito gerais de explicação da realidade histórica que, por sua vez, acabam por obliterar a relevância de experiências e vidas particulares, vivências individuais e ações isoladas de atores sociais invisibilizados pela lógica das relações de forças que atuavam na construção das narrativas históricas.

Por conseguinte, foi fundamental repensar o papel desses atores sociais na história naquilo de mais íntimo e particular. A micro história tem como princípio unificador de sua pesquisa a crença de que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados, uma vez que tentou estabelecer uma rede de relações e articulações que permitissem esse tipo de percepção. Apesar de ter seu campo de estudos localizado na historiografia, muitas características da micro história ligam-na à antropologia, sobretudo no que se refere à “descrição densa” que Clifford Geertz entende como perspectiva adequada ao trabalho antropológico. Por isso, Levi (1992) diz que “[...] esta perspectiva parte de um conjunto de sinais significativos e tenta ajustá-los em uma estrutura inteligível.” (LEVI, 1992, p. 141).

Carlo Ginzburg lança mão do conhecido “paradigma indiciário”, método de análise que sugeriu pensar o passado através de pistas que construam uma narrativa verosímil, uma vez que “[...] o corpo, a linguagem e a história dos homens foram submetidos pela primeira vez a uma investigação sem preconceitos, que por princípio excluía a intervenção divina.” (GINZBURG, 1989, p. 155). Essa mudança de perspectiva que produz um modelo teórico-metodológico novo surgiu em função da contrapartida que se dá em relação à história produzida anteriormente: econômica, marxista e estruturalista. Ronaldo Vainfas, acerca da micro história constata que:

A micro história, contudo, salvo por algumas traduções- como o solitário artigo de Giovanni Levi, incluso em *A escrita da história* (UNESP, 1992), e sobretudo os *Jogos de escalas*, traduzidos pela Fundação Getúlio Vargas, em 1998, continuou por muito tempo, e talvez continue, prisioneira de equívocos e mal entendidos. Mal diferenciada da história cultural, na melhor das hipóteses frequentemente confundida com história das mentalidades, com história do cotidiano. Por vezes tomada como expressão típica de uma história antropológica exclusivamente descritiva ou como o exemplo maior

de uma história que renunciou a seu estatuto de conhecimento científico, invadindo o território da literatura e rompendo cada vez mais as fronteiras que mantinha com a narrativa ficcional (VAINFAS, 2002, p. 10).

Ora, se as mentalidades vieram para suprir uma defasagem teórica do marxismo, não foi diferente do que aconteceu com a micro história. Vastamente confundidas, uma vez que as aproximações entre a história das mentalidades e a micro história se veem presentes nas afinidades temáticas, no apego à narrativa, à tentativa de estreitar os laços entre história e antropologia e à adoção de certos conceitos operativos em modelos antropológicos, vale lembrar que, segundo Vainfas, “[...] uma das características fundamentais da micro história que muito diferencia da história das mentalidades é sua renúncia, aí sim, à história geral, à contextualização sistemática, à explicação e à síntese.” (VAINFAS, 2002, p. 51).

Nesse mesmo sentido, a gênese da micro história pode ser percebida pelo incessante debate intelectual e, sobretudo, historiográfico das décadas de 1970 e 1980. Destarte, corresponde à crise dos paradigmas e de outros modelos teórico-metodológicos que se prestavam a tentar produzir um tipo de história total e universalizante e segundo Vainfas, “[...] com a ‘solução’ das mentalidades, que cedo se mostrou inconsistente no plano estritamente teórico-metodológico” (VAINFAS, 2002, p. 68). Vainfas elucida que,

A micro história, se a situarmos no campo da nova história cultural, também partiu da crítica aos excessos de irracionalismo ou psicologismo, à negligência no tocante às hierarquias e conflitos sociais e à redução do trabalho historiográfico à simples descrição textual de fatos registrados na documentação (VAINFAS, 2002, p. 69).

Para localizar a micro história geograficamente dentro desta ruptura de paradigmas nas últimas décadas do século XX, constata-se que fora descoberta enquanto gênero historiográfico com sua gênese na Itália. No Brasil, começara a aparecer, timidamente, por volta da década de 1980, trazida pelas traduções dos livros de história das mentalidades francesa e Nova História Cultural da Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América, apresentando seus primeiros estudos voltados para o período colonial e o século XIX. Na medida em que dá as caras para a sociedade brasileira, a micro história pelos historiadores/as como um emblema negativo da Nova História, uma vez que por causa da confusão entre história das mentalidades, história cultural e nova história, a micro história se viu numa posição de um tipo de história condenável.

A fim de compreender mais cuidadosamente, o historiador José D’assunção Barros nos diz que:

O objeto de estudo do micro historiador não precisa ser desta forma o espaço micro recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere relevador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar. Se ele elabora a biografia de um indivíduo (frequentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que estará interessado não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame micro localizado desta vida (BARROS, 2013, p. 153-154).

Vainfas justifica o atraso da chegada da micro história no Brasil dizendo que:

O atraso de 10 ou 15 anos que marcou a difusão dessas correntes no Brasil foi, em grande parte, responsável por tais confusões, pois todas essas inovações da historiografia principalmente europeia chegaram juntas, ou, pelo menos, se difundiram juntas na década de 1980. Na década de 1970, tempo de ditadura no Brasil e, ao mesmo tempo, de implantação dos programas de pós-graduação no país, os cursos de história e a pesquisa universitária - sendo a universidade um dos guetos de crítica ao regime, sobretudo na área de Humanidade - adotou, de diversos modos, caminhos de pesquisas ligados a uma história do tipo socioeconômico, preferencialmente marxista, o que resultou em uma espécie de barreira intelectual para a recepção do que se passava na historiografia ocidental (VAINFAS, 2002, p. 9).

O arremate teórico que concerne aos historiadores que problematizam a micro história tanto como abordagem teórica, quanto como modelo de metodologia está na publicação do trabalho de Jacques Revel “Jogos de escalas” (1998) e sua clivagem fulcral com o artigo “Micro história, macro história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” (2010). A publicação de Revel se fez decisiva para pensarmos os limites da análise micro histórica e as conexões com a *Global History*. Nesse sentido, retomando o que foi apresentado inicialmente neste tópico, é fundamental compreendermos que a micro história buscou analisar os mais diversos objetos sociais/culturais sob óticas diversas, não se tratando unicamente de uma análise do “local”.

Portanto, vale destacar que o artigo tem peso categórico nos debates sobre micro história e história global, na medida em que se preocupa em discutir o papel desempenhado pelo que chama de variação de escalas de análise históricas, compreendendo a relevância de percepção dos fenômenos na longa duração, para evocar a perspectiva braudeliana, bem como as nuances quase que imperceptíveis que o paradigma indiciário é capaz de revelar. Por fim, considera Revel (2010), que:

O modelo analítico que acabei de esboçar convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas

porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Somente essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória nos permite dar conta da complexidade das transformações do mundo social (REVEL, 2010, p. 443).

É a partir e tencionada por estas percepções que a historiografia se faz fluida e dinâmica, a fim de acompanhar o fluxo de estruturas, conjunturas e acontecimentos. Portanto, é urgente que os historiadores problematizem os fenômenos, com vistas a analisá-los a partir de uma proposta de variação de escalas, em que o global e o local possam se entrecruzar e nos possibilitar o alcance cada vez mais nítido das transformações históricas.

### **História global em perspectiva: encontros e desencontros entre o micro e o macro**

O legado da crise de paradigmas dos anos de 1970 deixou para a historiografia contemporânea múltiplas possibilidades de análise, recorte e perspectivas. Nesse sentido, observamos os processos de fragmentação e especialização históricas, em que cada objeto e fonte são problematizados conforme suas respectivas propostas teórico-metodológicas específicas. Nesse sentido, D'assunção Barros (2004) destaca que:

Uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história”, quando na historiografia profissional do início do século XIX os historiadores tinham uma ideia bem mais homogênea do seu ofício (BARROS, 2004, p. 18).

Refletir acerca desses novos/as atores que roubam a cena das práticas sociais e políticas e a institucionalização dos saberes é compreender a importância de que estes também são parte fundamental da construção da história e devem aparecer nos registros e narrativas, em vez de serem silenciados. A micro história aparece nesse contexto para tentar responder a alguns destes questionamentos e se apresenta, nesse panorama de redução de escala, como alternativa para que as narrativas fossem capazes de registrar o indivíduo em sua experiência e singularidade, sensibilidade e naquilo que há de mais humano: a vida cotidiana. Nesse sentido, Joseph Fontana (1998) elucida que:

Há alguns anos, quem pretendia descrever o panorama da ciência histórica costumava fazer um mapa no qual, sobre o fundo cinza de um velho saber acadêmico fossilizado, sobressaíam três grandes correntes inovadoras: a historiografia de inspiração marxista (refiro-me, claro, ao marxismo

chamado ‘ocidental’ e não ao catequista dos países do leste europeu), a escola francesa dos *Annales* e a nova história econômica norte-americana. Três visões que, como é bem sabido, correspondiam a três modos distintos de entender o presente sob um ponto de vista político e social (FONTANA, 1998, p. 7).

Diante disso, é necessário também pontuar que, apesar da fragmentação dos campos da história tentar resolver parte considerável das problemáticas, é impossível dar conta de tudo. É então que, conforme Fontana (1998, p. 7) “A partir de 1989, este panorama mudou completamente. Por isso, podemos falar da ‘crise de 1989’ [...]” Esse movimento, que coincide com a queda do muro de Berlim, a derrocada dos regimes do “socialismo real” do leste europeu, bem como as reinterpretações da esquerda sobre a Revolução Francesa, impacta profundamente os historiadores. Era, conforme Francis Fukuyama, “o fim da história.”<sup>5</sup>

Assim, surgem novas demandas e as teorias sociais contemporâneas buscam questionar perspectivas eurocentradas, pautadas em discursos hegemônicos do sujeito moderno/racional/uno, ou seja, homem-branco-europeu-heterossexual-colonizador. Com isso intenta-se dizer que, as narrativas históricas de fins do século XX e início do XXI, atravessadas pelos processos de globalização e movimentos de descolonização, tem buscado desvencilhar e/ou romper com os modelos explicativos dos acontecimentos pautados em uma lógica colonialista, eurocêntrica e universalizante.

A globalização, processo que assim sintetizado caracteriza-se pelo crescimento da intercomunicação entre sujeitos e lugares e que ocorre em escala global, conecta comunidades e organizações sociais em novos arranjos de espaço-tempo. Nesse sentido, argumenta Stuart Hall (2002) que esse processo nos afasta da noção tradicional de sociedade enquanto um sistema delimitado e coloca-nos frente a uma nova forma de organização e desenvolvimento sociais. Contudo, há que se considerar que a humanidade já se expandia e se interconectava mundialmente ainda no século XVI e então, podemos pensar as sociedades mercantilistas como integrando parte de um sistema global de atividades econômicas.

François Hartog elucida, então, que:

Para além dos elogios ou das denúncias da globalização, os observadores não deixaram de destacar o avanço – de mãos dadas – do global e do local, da uniformização e da diferenciação. Tanto mais o global parece vencer, mais ele trabalha em profundidade os ritmos e os modos de vida, mais, aqui e ali, a preocupação com as diferenças tende a se afirmar e procurar ser reconhecida. Daí, em particular, o investimento e as mobilizações múltiplas

<sup>5</sup> Cf. FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

em diferentes lugares dessas palavras-chave dos anos 1980 que são memória (com o dever de memória), identidade (com suas buscas e demandas de reconhecimento) e patrimônio (sob a forma, notadamente, do “patrimônio universal da humanidade”, promovido pela UNESCO) (HARTOG, 2009, p. 165).

Nesse sentido, o empreendimento intelectual feito pela História Global tem apresentado, desde os anos de 1990, uma variedade de abordagens e correntes historiográficas que pretendem pensar histórias conectadas, cruzadas, transnacionais, comparadas, globais, mundiais e, em linhas gerais, se apresentam como alargamento da unidade de análise. Ainda, as narrativas comprometidas em responder a essas mudanças buscaram identificar esse “nacionalismo metodológico” (SANTOS; Sochaczewski, 2017) como um problema a ser discutido. Por isso, seria urgente deslocar o Estado-Nação como principal eixo de análise dos acontecimentos históricos. Com efeito, a história global se constitui como campo recente de análise de fenômenos e processos históricos, considerando as narrativas nacionais e locais como inseridas em contextos globais.

Nesse sentido, conforme supracitado, os debates acerca do processo de globalização ao fim do século XX e as críticas voltadas às narrativas eurocêntricas as histórias estritamente nacionais foram decisivas para estabelecer o campo de domínio da história global. Além disso, as diversas tradições historiográficas e o entusiasmo dos movimentos sociais da América Latina, África e Ásia deram vazão ao campo que se constituía. Como destaca José D’assunção Barros (2014), há uma lógica de disputas discursivas no campo acadêmico que pleiteia por novos discursos acerca dos acontecimentos históricos.

Reconectar os sujeitos históricos às suas ancestralidades, bem como apresentar as implicações dos movimentos de colonização/ recolonização/ descolonização tem sido foco dessas disputas. Apesar de cada discurso querer sua fatia deste bolo geopolítico ou mesmo ter em seu domínio historiográfico o poder de recontar as histórias que apresentam criticidade às versões do branco-colonizador-europeu-homem, apesar de suas distinções teórico-metodológicas, as perspectivas contemporâneas que se localizam no campo da História Global tentam, nessa medida, ampliar os objetos de análise que ultrapassam a lógica do Estado Nacional, assim como escapar do eurocentrismo.

Interessante aqui apontar que, conforme analisado ao longo do artigo, as leituras micro históricas sugerem, aos mais desavisados, uma ideia de análise voltada apenas para cenários locais, extremamente recortados, além de indivíduos e eventos deslocados no tempo/espaço, apresentados de modo anônimo e incoerente. De encontro a esta ideia, os debates apresentados aqui sugerem desmistificar esse argumento que atribui a micro história lugar de

descrédito na historiografia, ao tentarmos articular a necessidade de conectar e integrar estas singularidades que os vestígios nos possibilitam enxergar e a estrutura de mais longa duração dos processos sociais que é possível perceber a partir destas pistas. Conforme Henrique Espada Lima:

[sic] os micro-historiadores tinham a ambição de que os grandes modelos explicativos poderiam ser repensados, corrigidos ou mesmo desafiados pela observação intensiva de casos particulares, trajetórias individuais e de grupo, e aspectos da realidade histórica que seriam de outro modo considerados estatisticamente irrelevantes e intelectualmente negligenciáveis (LIMA, 2004, p. 583).

Ainda, considera Lima que:

[sic] de acordo com a micro-história, a análise crítica do “contexto” — não apenas a avaliação da sua pertinência, mas também sua definição e construção — deveria ser uma parte integral da análise histórica. Mesmo a imagem de um “jogo de escalas” — a variação controlada das diferentes escalas de observação — implicava exatamente a defesa dessa dimensão experimental na construção dos contextos (LIMA, 2004, p. 583).

E no arremate da questão, é possível considerar que a micro análise ou micro história não se constitui em contestação ou mesmo discrepância em relação a uma abordagem macro analítica ou macro histórica. Todavia, se faz crítica a ideia de considerar, cegamente, o macro como realidade preestabelecida, sem que fosse necessário ou apropriado um exame mais cuidadoso. Por fim, considera Lima (2004) que:

Tanto a micro-história quanto a história global (e outros campos relacionados, como as histórias conectadas e transnacionais) e suas várias vertentes podem ser vistas tanto como consequências quanto como protagonistas dessas novas práticas de pesquisa e escrita da história, com as quais estamos hoje inteiramente comprometidos. Elas correspondem ao impulso necessário de redefinir os contextos relevantes e as categorias analíticas nas quais escrevemos [...] (LIMA, 2004, p. 584-585).

Por fim, vale ressaltar que Fernand Braudel, quando nos leva a problematizar temporalidades e espaços geográficos, oferece interessante chave de leitura para estabelecer as conexões entre micro história e história global. Representante da última geração dos Anales, introduz um modo de compreensão das relações entre tempo-espaço que contribuem decisivamente para reflexão. Conforme Hartog:

Esse modelo de temporalidades mostrou-se fecundo. Ele modificou, nos anos 1960, o olhar e enriqueceu o questionário de muitos historiadores. [...] o tempo da história vem a se decompor em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos, já que não apenas cada processo, mas também

cada prática que o historiador decide estudar estão dotadas de uma temporalidade própria ou, ainda melhor, não são dela separáveis (HARTOG, 2013, p.167-168).

Essa percepção da pluralidade dos tempos históricos proposta por Braudel nos fornece interessante chave de leitura para pensar como o tempo das estruturas (longa duração) e o tempo dos acontecimentos (curta duração) são determinantes para produção do conhecimento das formações históricas. Portanto, perceber as múltiplas escalas temporais e espaciais que acomodam os acontecimentos em quaisquer partes do mundo, reside na necessidade de não redução dos acontecimentos a escala local, mas, sobretudo pensá-los de maneira abrangente, por isso, global.

### **Considerações finais**

O presente artigo não pretende advogar ou mesmo se mostrar pródigo em defender a micro história, a história cultural e a história global como únicas saídas teórico-metodológicas em resposta a crise dos paradigmas históricos. É antes, uma tentativa de experimentar perspectivas que problematizem o quanto as transformações do social estão diretamente ligadas à maneira de viver, de experimentar e de sentir o indivíduo e a coletividade. Tenta buscar os pressupostos que prepararam o território para a chegada de novas abordagens, novos temas e novos olhares sobre antigos objetos.

A perda das certezas, as constantes interrogações e as mudanças de conjuntura são refletidas na escrita, estudo e vivência da história. Claro, contribuem, nesse sentido, para o afinamento teórico de correntes filosóficas e historiadores, que, embora não abram mão de seus problemas, objetos e abordagens, procuram buscar novas maneiras de compreensão de seus objetos e fontes. A despeito das considerações feitas, é preciso pontuar que há valiosas contribuições para este aprofundamento advindas do campo da História Cultural e da micro história, que faz com que essa conexão com a antropologia e a cultura sejam imprescindíveis para tornar este movimento cada vez mais dinâmico.

Cada época tem sua razão e sua maneira de significar. Nesse sentido, Jacques Revel nos deixa um indicativo valioso, quando diz que “[...] mais do que de escalas reivindicadas como mais ou menos pertinentes, é do princípio de variação de escala que se esperam hoje benefícios heurísticos.” (REVEL, 2010, p. 436). O desafio da disciplina histórica na contemporaneidade é, justamente, pensar a sociedade fora dos pressupostos da racionalidade moderna. Hoje, percebe-se que o coletivo é formado por diversas individualidades e que não se separa o social do individual com facilidade, uma vez que estão totalmente imbricados.

Assim, por força das necessidades que se viram presentes na contemporaneidade não se pode mais tentar entender tudo e buscar grandes modelos explicativos para tornar funcional a análise do mundo, mas como diria o historiador cultural Peter Burke (2006), é preciso buscar modelos de encontro e perceber, segundo Chartier (2002), as relações e não apenas suas causas, suas consequências e seus reflexos à longo prazo. Refletir acerca desses novos/as atores que roubam a cena das práticas sociais e políticas e a institucionalização dos saberes é compreender o quanto é relevante o cuidado com as formas de registro das atividades humanas.

Por isso, é persistir no processo questionador e garantir uma disputa política minimamente justa, estas instituições e organizações não fazem mais do que uma investida oportuna para minar a potência dessas vidas que são realocadas com diferente status nas redes de poder e mais, como pensar linhas de fuga frente à esse impasse tão urgente? No momento em que se conquista também se abdica de muita coisa.

Nesse sentido, o campo da História Global tem muito a nos oferecer, apresentando-nos diversificação de temas, objetos e fontes que, é bastante fortuito para contribuir e manter o campo da História dinâmico, equitativo e múltiplo. Assim, é fundamental também retomar as sugestões sobre os cuidados teóricos e metodológicos para as pesquisas, que vão desde os recortes temáticos, temporais e espaciais e escolhas das fontes e o arsenal discursivo escolhido para o combate. Como diria Jacques Le Goff, “[...] o historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e aventura.” (LE GOFF, 2001, p. 21). Que a historiografia faça então, jus à própria dinâmica da vida.

### **Referências Bibliográficas**

BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.

BARROS, José D’Assunção. **História comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1949]. 2 v.

BRAUDEL, Fernand. A História das civilizações: o passado explica o presente. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 235-288.

BURGUIÈRE, André. A Antropologia Histórica. In: LE GOFF, Jacques (Org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 125-152.

BURKE, Peter. Origens da História Cultural. In: BURKE, Peter. **Varietade de História Cultural**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 13-37.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que História convirá ao século 21? In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005, p. 151-168.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005, p. 255-282.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 45-54

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A História entre certezas e inquietudes. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

FONTANA, Josep. **História depois da História**. Bauru, SP: Edusc, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso, José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HARTOG, F. Ordens do tempo, regimes de historicidade. In: HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 17-41.

HARTOG, F. Experiência do tempo: da história universal à história global? **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 164-179, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. p. 462-476.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas (org). Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp. 1992. p. 133-163.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª Ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural**. Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PROST, Antoine. O modelo sociológico. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 169-188.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, No. 45 (set./dez. 2010). p. 434-444.

SANTOS, João Júlio Gomes Júnior; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. 2017. **Revista Tempo**. Vol.23 n.3. Set./Dez/ 2017.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história:** micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.